

# MEDIOEVO Y LITERATURA

Actas del V Congreso de la Asociación  
Hispanica de Literatura Medieval

(Granada, 27 septiembre - 1 octubre 1993)

Volumen I

Edición de Juan Paredes

GRANADA  
1995

© ANÓNIMAS Y COLECTIVAS.

© UNIVERSIDAD DE GRANADA.

MEDIOEVO Y LITERATURA.

ISBN: 84-338-2023-0. (Obra completa).

ISBN: 84-338-2024-9. (Tomo I).

ISBN: 84-338-2025-7. (Tomo II).

ISBN: 84-338-2026-5. (Tomo III).

ISBN: 84-338-2027-3. (Tomo IV).

Depósito legal: GR/232-1995.

Edita e imprime: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada. Campus Universitario de Cartuja. Granada.

*Printed in Spain*

*Impreso en España*

## A representação das mulheres na *Coronica do Condestabre*

A propósito da biografia de Guilherme, o Marechal (*Histoire de Guillaume le Maréchal* - ed. 1891, indicada por Georges Duby - 1984), do séc. XIII, diz-nos Georges Duby:

“Je parle bien d’hommes. Ce monde est masculin. Seuls les mâles y comptent. Il faut mettre en évidence dès le départ ce premier trait, fondamental: très peu de figures féminines dans ce poème, et dont les apparitions sont fugitives. Les seules femmes qui tiennent un petit moment la scène sont de la parenté du héros et de la plus étroite: mère, soeurs, épouse, filles [...]” (1984: 49).

Estas palavras aplicam-se, quase sem alterações, à *Crónica do Condestabre* (servi-me da edição crítica de Adelino de Almeida Calado, com o título de *Estoria de dom Nuno Álvrez Pereyra* - 1991)<sup>1</sup>. Também é de um mundo mas masculino que esta biografia do Condestável de D. João I nos fala, concedendo um ínfimo espaço às poucas mulheres com quem, de algum modo, a vida protagonista se cruzou. São muito poucas: D. Iria Gonçalves do Carvalhal (mãe de Nuno Álvares), D. Leonor de Alvim (esposa), D. Beatriz (filha), D. Isabel (neta); a rainha D. Leonor Teles, a Infanta D. Beatriz, a rainha D. Filipa de Lencastre; D. Beatriz de Castro (com quem N. A. evitou um segundo casamento); outras mulheres, cujas interferências são diminutas, como D. Teresa (mulher de Fernão Gonçalves de Sousa), a mulher do Conde D. Anrique (alcaide de Sintra), a filha de Lopo Gomez de Lira, a mulher do alfageme de Santarém e mulheres que acompanhavam as hostes do herói. Algumas das que enumerei são apenas referidas (D. Isabel, neta de N. A., e a rainha D. Filipa), não chegando a atingir sequer o estatuto de personagens.

---

1. A ela me referirei, a partir deste momento como *Coronica do Condestabre*, abreviando para CC. Iguamente por razões de economia, utilizarei as iniciais N.A. para designar Nuno Álvares Pereira.

Apesar da distância (dois séculos e muitos milhares de quilómetros), do ponto de vista da representação do mundo feminino as biografias referidas parecem próximas no tempo e no espaço. Desde já, esta observação aponta para uma certa imutabilidade dos valores que condicionam essa mesma imagem e que, segundo Duby (1988a, 1988b, 1988c, 1992, *passim*), assentam nos seguintes princípios fundadores:

- a mulher deve a submissão total ao homem;
- a sua importância advém, sobretudo, de uma função reprodutora necessária à subsistência da espécie (reprodução biológica) e das estruturas sociais e culturais;
- mesmo quando, no código cortês, se torna o centro das atenções, continua a ser objecto de um jogo cujos verdadeiros protagonistas são homens (o senhor e os seus vassallos).

É neste quadro ideológico, ainda vivo no princípio do séc. XV, que pretendo analisar a representação das mulheres mais importantes da *CC*: as parentes de N.A., D. Leonor Teles e D. Beatriz de Castro.

## MÃE, ESPOSA, FILHA E NETA

Embora a última das quatro apareça só mencionada (LXXX: 201, 15-16)<sup>2</sup>, completa, com as restantes, o grupo de mulheres que têm com o herói relações familiares. A ordem por que aqui aparecem respeita a cronologia textual, reprodutora de ciclos essenciais da vida do protagonista: nasceu (a mãe), casou-se (a esposa), procriou (a filha), fundou linhagem (a neta).

D. Iria interfere na vida de N.A. por três vezes. No primeiro caso, tenta convencer o filho a casar, a pedido do prior, seu marido (IV: 9, 5-20), mas não consegue, pertencendo a dois homens, Álvaro Pereira e Álvaro Gil de Carvalho, os louros da árdua tarefa. No segundo, mandada pelo rei de Castela e D. Pedro Álvares, pretende persuadir o filho a desistir da causa do Mestre de Avis (XIX: 45, 5-27; 46, 1-6). Contudo, é o próprio N.A. que, invertendo a situação, a converte ao partido do Mestre. No terceiro, aquando da doença prolongada do filho, quer convencê-lo a comer, ajudada por D. Beatriz (LXVII: 164, 2-13), mas é Gil Aires, escrivão da puridade do condestável, quem acaba por obter resultados ao assumir a condução do tratamento de tal forma que o discurso passa a ignorar a presença das duas senhoras. Estes três episódios propõem, desde já, uma imagem da mulher enquanto sujeito de um fazer: por um lado, não é capaz de iniciativas e,

2. A numeração romana indicará capítulos, os números seguintes, respectivamente, páginas e linhas.

por isso, não é um verdadeiro agente, mas apenas uma espécie de instrumento de acções decididas e realizadas por homens; por outro, mostra-se incapaz de, pela palavra (nos três casos o cronista reproduz conversas), mudar o rumo dos acontecimentos. Por oposição a esta construção, os homens têm capacidade de agir eficazmente (primeiro, os parentes de N.A., depois o próprio N.A., finalmente Gil Aires). Ora, esta caracterização indirecta da personagem faz-se acompanhar de expressões que, directamente, a caracterizam como “huua muy boña e muy noble molher” (I: 3, 12). O facto de o discurso não registar qualquer tipo de distância crítica relativamente à inoperância desta personagem feminina autoriza-nos a considerar no mesmo nível de representação nobreza, a extrema bondade e a total ineficácia de D. Iria, e a incluir essa mesma ineficácia no conjunto de traços estruturais da mulher merecedora do respeito masculino. Seja como for, a construção desta personagem destaca a sua presença ao lado do herói em três momentos fundamentais de crise: a primeira, derivada da aversão ao casamento que lhe pretendem impor; a segunda, quando rejeita a rainha D. Leonor e se coloca ao lado do Mestre de Avis (Fernão Lopes acentuará esta ideia de crise ao pôr na boca do herói a metáfora d’ “huu poço mui alto e mui profundo cheo de grande escoridoõe” – *CDJI, I, XXXVII, 74* – para se referir à “demanda do Mestre”); a terceira, quando é atingido por uma grave doença (do foro psíquico?). Embora impedida de se realizar enquanto sujeito de uma acção eficaz, ela tem acesso ao espaço mais íntimo do herói, na sua qualidade de mãe.

A esposa, desejada não pelo herói mas pelo seu pai, provoca a primeira grande crise de identidade de N.A. De facto, porque pretende ser a actualização histórica de Galaaz (IV: 8, 17-24), por si considerado modelo excelente, o jovem herói mostra-se avesso ao casamento – obstáculo à manutenção da virgindade purificadora. D. Leonor de Alvim, noiva escolhida por D. Álvaro, aparece, aos olhos do cavaleiro, como virtual oponente à realização plena do seu percurso, porque portadora de impureza<sup>3</sup>. A esta representação implícita opõe-se a imagem explicitada, em discurso directo, pelo Prior do Crato, confirmando a primeira apresentação que dela fizera o próprio cronista (III: 6, 14-9): “hua mui noble

---

3. Atente-se no seguinte excerto d’ *A Demanda*, quando Galaaz é tentado pela filha do rei Brutos: “E quando vio que era donzella, spantou-se e foi sanhudo muito e feze-se afora della quanto lhe o leito durou e sinou-se e disse: “Ai, donzella, quem vos enviou aca certas mao conselho vos deu, e eu cuidava que doutra natura erades vos. E rogo-vos por cortesia e por honra de vos que vos vaades daqui, ca certas o vosso fol pensar nom catarci eu, se Deos quiser, ca mais devo dultar perigoo da minha alma ca fazer vossa vontade”. (CXIV: 73, 24-30). Por outro lado, o casamento é considerado por alguns Padres da Igreja como um mal menor, tal como nos diz Jacques LE GOFF (1992). DUBY explica porquê: “A natureza feminina - é o que se repete por todo lado - é perversa”. (1992: 235).

dona, mançeba e de grande bondade” (IV: 8, 1-2). Se N.A. apenas vê nela a feminilidade contaminadora (8, 15-6), Álvaro Gonçalves Pereira destaca três qualidades abonatórias (o estatuto social, a juventude e a bondade), pelas quais a honra de N.A. será acrescentada. O estatuto social e a bondade servirão igualmente para dignificar outras mulheres que a crónica pretende enaltecer: D. Iria (I: 3, 11-20) e D. Beatriz, filha do condestável (LXXVII: 193, 3-6). O confronto entre duas imagens da mesma mulher, uma disfórica (de N.A.) e outra eufórica (de Álvaro Gonçalves), advém de um outro, relacionado com a imagem do herói: o cavaleiro-patriarca, representado pelo pai de N.A., não é compatível com o cavaleiro místico arturiano. É sabido como a própria “matéria da Bretanha”, na sua evolução, dará conta deste conflito: Lancelote, símbolo do cavaleiro-cortesão, será substituído, nos textos medievais mais tardios, por Galaaz, seu filho, cavaleiro-asceta. O mais interessante, porém, é a forma como a *CC* resolve o dilema.

Assim que N.A. cede aos desejos do seu progenitor e se casa, resgatando-se, deste modo, enquanto modelo do filho obediente, o cronista conta-nos um segredo, guardado por D. Leonor: embora viúva de um grande senhor, era virgem (V: 11, 7-15). Em consequência desta revelação, completa-se o panagírico iniciado no Cap. III (11, 14-5). D. Leonor transforma-se, por este processo, na esposa verdadeiramente ideal: é uma dona-donzela. O primeiro estado (ser dona) sublima a excelência do seu estatuto social e económico, inscrevendo-a no plano das mulheres que, ainda um século antes, eram dignas de receber as atenções dos trovadores<sup>4</sup>; o segundo (ser donzela), afirma a virgindade, que oferece a possibilidade de o seu futuro esposo ser, simultaneamente, o seu primeiro parceiro sexual e, com ela, o fundador de uma linhagem sem ramos marginais. Concomitantemente, N.A. realiza-se como senhor feudal (11, 24-8). É um momento essencial da vida do herói, proporcionado pelo casamento com a mulher que inicialmente recusara: inaugura, na *CC*, o *toppos* do cavaleiro-senhor, proprietário entre os proprietários, nobre entre os nobres. Se nos lembramos que N.A. é apenas um dos 32 filhos do herói da batalha do Salado, talvez possamos atribuir a este casamento o significado que Duby (1988a: 129-42) entrevê nos matrimónios dos filhos segundogénitos dos senhores feudais. Mattoso (1985) e Riley (1985) confirmam alguns dos traços indicados por Duby, na análise que fazem da nobreza que toma o partido do Mestre de Avis, na qual se inclui N.A.. Mas se, através do matrimónio, o protagonista justifica a sua dimensão de fundador de linhagem,

---

4. Independentemente da lucidez da leitura que Duby faz dessa realidade poética (1988b: 74-8), não creio que ela se possa aplicar integralmente à lírica trovadoresca galego-portuguesa, onde será talvez menos importante a função disciplinadora e mais a lúdica.

para a qual contribui a nobreza da esposa escolhida e para que remete a frase do frontespício da edição de 1523 (“Nuno alvarez Pereyra: principador da/ casa q agora he do Duque de Bragãça/ [...] E deste Condesta/ bre procedem agora o Empera/ dor e em todolos Reynos/ de cpaos de Europa ou os/ Reys ou as raynhas/ delles ou ambos.”)<sup>5</sup>, o Cap. LXXX recuperará o modelo do cavaleiro-santo, ao explicitar que, depois da morte de D. Fernando, N.A. nunca mais dormiu com a sua mulher ou com qualquer outra (198, 12-21) - o que implica 48 anos de castidade absoluta. Resolve-se o conflito precisamente pela justaposição das duas imagens no mesmo homem. O silêncio sobre a opinião de D. Leonor relativamente a esta opção de vida do esposo torna-a cúmplice desse processo de ascese - e, de certa maneira, ajuda a libertá-la da carga negativa que a primeira recusa de N.A. insinuava. O par assim formado (N.A./Leonor) corresponde inteiramente ao modelo católico do casal ideal, “aquele que, por decisão comum, se constrange à castidade total”. (Duby, 1988c: 25). De algum modo, este casal purificou a linhagem de N.A., na medida em que, tendo o pai deste tido 32 filhos (I: 3, 5-6), só da mãe tinha o biógrafo podido afirmar o vínculo ao ideal da abstinência sexual: “foy huua muy boã e muy noble molher e estremada em vida açerca de Deos depois que ouve aquelles filhos, e viveo em grande castidade e abstinência, nom comendo carne nem bevendo vinho per espaço de quorenta annos” (3, 12-6). Aliás, é interessante notar como ambos os progenitores forneceram modelos diversos ao filho: o pai, o do senhor feudal (já que o do guerreiro, herói da Batalha do Salado, inesperadamente não foi aproveitado pelo autor, apesar de, conforme se depreende da genealogia fornecida no Cap. I, ter consultado o *Livro de Linhagens* ou parte dele, ou uma genealogia particular em que o acontecimento deveria constar); a mãe, o da contenção sexual. Duas realidades diferentes que encontraram no comportamento do filho historicamente mais importante uma expressão feliz.

O retrato de D. Leonor é completado por outros dois elementos. Ela só aceita casar com N.A., a quem imediatamente reconhece como pretendente digno (III: 7, 4-6), depois do assentimento do rei D. Fernando (7, 6-8). Ao colocar-se sob a alçada do monarca, D. Leonor quer, provavelmente, garantir a protecção real para esse jovem “anónimo” e, conseqüentemente, futuras benesses. Duby relata situações do mesmo género (uma viúva da nobreza é dada em casamento pelo rei), apresentando-as como a regra (1984: 147). É neste domínio que se inscreve o capítulo XLV, quando, na sua qualidade de representante do marido ausente na guerra, é ela que recebe de D. João I um grande rol de terras, com que o rei quer

5. *Cfr.* p. VIII, Fig. 1, da “Introdução” de ADELINO A. Calado à edição de que me servi.

recompensar o seu braço-direito (105, 10-16). Do que sabemos da vida atribulada do herói, dominada pelo nomadismo provocado pela guerra, podemos suspeitar que foi a sua esposa que, quem administrou os bens de ambos, apesar do silêncio do cronista sobre este aspecto. O encontro com D. João I parece sugerir esta função. O outro traço é o da conselheira que iniciou o jovem marido nos afazeres senhoriais (V: 7-8).

Quanto à filha de N.A., são cinco os momentos considerados suficientemente relevantes pelo narrador para a mencionar: o nascimento (V), a morte da mãe (LVIII), a doença do pai (LXVII), o casamento (LXXVI) e a morte (LXXVII). No primeiro, através de uma prolepse, o narrador informa-nos sobre o seu futuro casamento com o primogénito (bastardo) de D. João I: “hua filha que ouve nome dona Beatriz, *que depois foy condessa de Barçellos e casada com ho filho del rey dom Joham, bastardo, e foy muy noble senhora*” (V: 12, 23-5). A antecipação é particularmente significativa. Em primeiro lugar, porque, ainda durante a parte do texto dedicada à vida do herói no tempo do reinado de D. Fernando, se anuncia prematuramente um novo rei. Em segundo lugar, porque cruza imediatamente a prole de N.A. com a de uma dinastia real (ainda que se trate de um filho bastardo de D. João, traço que o texto explicita, mas não menospreza - Duby (1988c: 38) nota que, no Norte de França, no séc. XII, a aristocracia não confundia os filhos de concubinação como os “verdadeiros bastardos”, resultantes de relações extemporâneas). Em terceiro lugar (e o que mais interessa ao assunto deste trabalho), porque elide a narração da vida de D. Beatriz entre o nascimento e o casamento (elipse que a arquitectura textual confirmará). Assim, o acontecimento mais importante do percurso da personagem é o matrimónio, como se o discurso afirmasse que só através dele a mulher ganha um estatuto digno de entrar na História. Repare-se na consistência ideológica desta intenção, quando o texto cola D. Iria e D. Leonor Alvim aos papeis sociais de esposa e mãe: assim, o momento escolhido pelo narrador para referir o nascimento de D. Beatriz traça-lhe um destino absolutamente simétrico ao das suas antecessoras. Não é por acaso que, por morte da mãe, N.A. a envia para junto da avó. Não se creia, contudo, que a relação entre pai e filha é desprovida de afecto. O biógrafo introduz esse tema por duas vezes. A primeira, quando D. Beatriz acompanha o pai doente e, num quadro extremamente terno, cujo realismo nos permite visualizar um espaço doméstico, enquanto D. Iria tenta convencer N.A. a alimentar-se, a filha corta as “passaras assadas” à sua frente, num gesto que pretende abrir-lhe o apetite (LXVII: 164, 5-9). A segunda, quando D. Beatriz morre (LXXVI). Raras são as passagens em que o autor revela a fragilidade de N.A. Esta é uma delas. Vale a pena o acesso ao texto, colocando em paralelo a narração da morte de D. Beatriz com a de D. Leonor:



“E, estando assy o conde estabre nas cortes em Bragaa, lhe veeo recado do Porto, honde a condessa sua molher estava, que era morta, e logo se o conde partyo pera alla, e como elle muytos cavalleiros e escudeiros, e fez fazer suas exequias aa condessa, e a fez soterrar *muy honrradamente, como compría*”. (LVIII: 143, 10-5).

“estando a condessa dona Beatriz com seu marido em Chaves, lhe [a N.A.] veeo recado que sua filha morrera de parto, da qual cousa elle foy *tam anojado que se ouvera de perder com nojo* se o Deos nom guardara, e grande e bõ juyzo que lhe Deos dera. E foy hy muyta gente junta de homens e de molheres de toda a terra e feito muy grande doo, ao qual o conde quisiera hyr *sem descriçom* se lhe nom accorrem cavalleiros que hy estavam, e nom sem razom, ca *elle a amava muyto* por seer sua filha, e à outra por seer muy virtuosa senhora. E foram-lhe feitas suas exequias muyto honradas, seendo hy junta toda a crerizia e hordees da comarca”. (LXXVII: 192, 19-24; 193, 1-6).

A expressão “e a fez soterrar muy honrradamente, como compría”, na primeira citação, insere o narrado num espaço de convenções: a cerimónia do funeral de D. Leonor de Alvim cumpre regras. As palavras conotam fundamentalmente o respeito devido a uma grande senhora, decorrente da *amicitia* que deveria unir os esposos, segundo o pensamento de Jonas de Orleães (apud Duby - 1988c: 27: a *amicitia*, tal como este historiador a explica, não se inscreve no plano de uma afectividade profunda, mas mais no da fidelidade conjugal). As opções discursivas da segunda citação (a expressão do “nojo” hiperbolizado, provocado pelo amor igualmente desmesurado), ainda que remetendo igualmente para códigos, procuram a sua fonte numa retórica da afectividade, ausente da primeira: se a morte da esposa se inscreve no plano do acontecimento social, o da filha acrescenta-lhe o desequilíbrio do herói, ou seja, o acontecimento emocional. A utilização de *topoi* diferenciados em função de diferentes intenções do dizer revitaliza as expressões que os constituem, na medida em que preenche os vazios semânticos que o recurso à retórica codificada poderia criar. Ora, a comoção descontrolada de N.A. surpreende o leitor, já que nada nos capítulos anteriores fazia prever uma relação tão intensa entre ele e a filha. De facto, a crer no relato da *CC*, o condestável praticamente não conviveu com ela, resumindo-se os contactos entre ambos a esporádicos encontros. Assim sendo, não faz lugar ao desenvolvimento do tão profundo amor afirmado pelo cronista. Nuno Álvares Pereira não teve filhos, pelo que foi na filha que se concentraram as suas virtualidades patriarcais. Talvez a retórica da afectividade assinalada eleja a personagem de D. Beatriz (filha única) como mulher excepcional, na medida em que foi através dela (teve dois filhos e uma filha) que o biografado se pôde perpetuar<sup>6</sup>. Talvez pela mesma razão ela tenha

merecido o verbo amar que, como Duby observa (1984: 60 - “Quoi? L’amour? Non, le mot ne vient pas. Le mot amour, tout au long de la chanson, n’intervient jamais qu’à propos de ce sentiment qu’entretiennent entre eux les hommes.”; 1988b: 82 - “dans cette société militaire, l’amour courtois ne fut-il pas en vérité un amour d’hommes? [...] servant son épouse, c’était, j’en suis persuadé, l’amour du prince que les jeunes voulaient gagner”), é, na Idade Média, aplicado com maior propriedade a um sentimento do universo masculino. A CC corrobora esta ideia do historiador francês, ao dizer que o mestre de Santiago “avia hum filho que muito *amava*” (X: 19, 28; 20, 1) ou ao pôr na boca do mestre de Avis as palavras “E como por vos eu *amar* e fiar de vós” (XXVII: 58, 12-3), para se referir a N.A.. Em contrapartida, nunca é afirmado o “amor” de N.A. por D. Leonor de Alvim. A passagem que narra a morte desta teria sido o local ideal para exprimir tal ideia, e isso não acontece.

A neta do condestável é mencionada a propósito de duas informações de carácter histórico: o seu casamento com outro filho (este, legítimo) de D. João I, homónimo do pai, e a concessão de terras que lhe é feita pelo avô (LXXX: 201, 14-6). A associação da mulher ao casamento e ao património não é novidade. Pelo contrário, confirma o que observei relativamente à esposa e à filha do condestável. Embora o discurso não adjective a personagem, o facto de se casar com um infante e de merecer uma parte do património de N.A. projecta nela a caracterização iniciada como a bisavó (D. Iria), continuada na avó (D. Leonor) e reproduzida na mãe (D. Beatriz): uma cadeia de mulheres nobres, honradas e virtuosas, por e para fazerem parte do círculo familiar do herói.

## A RAINHA D. LEONOR

A CC e a *Crónica de D. João I* representam muito diferentemente a rainha D. Leonor. De tal modo, que a comparação meticulosa dessas duas imagens trará, com certeza, alguma luz sobre as divergências entre o projecto historiográfico e biográfico (já que os dois retratos se baseiam numa mesma realidade histórica). Não é esse o assunto deste trabalho, mas, muito resumidamente, importa assinalar as dissemelhanças mais relevantes.

---

6. “Transmissão - e eis a função do casamento: assegurar convenientemente, “honestamente”, com honra, a transferência, de uma geração para a outra, desta valentia, valor viril; propagar o sangue sem que a sua qualidade se altere, evitando, como então se dizia, que ele degenera, que venha a perder as suas qualidades genéticas”. (DUBY, 1988c: 30).

Fernão Lopes, fascinado (mas nunca ofuscado) pela personagem, pinta-nos uma mulher desejosa de participar activamente no universo reservado aos homens (o do poder político); inteligente; capaz de, através da manha e da falsidade, manipular os outros; calculista, hábil arquitecta da intriga, sua arma essencial; sensual e apaixonada (ama desmesuradamente o conde Andeiro, ao ponto de se tornar adúltera, odeia com intensidade e planeia vinganças).

A falsidade, a desmesura nos afectos e a sensualidade são traços que o homem medieval temia na mulher. De facto, acreditava-se que o casamento era o único processo de atenuar essas características naturalmente femininas - ou seja, o casamento era entendido como um meio de domesticar a vertente nocturna (e, paradoxalmente, abrasadora) da mulher (cf. Duby - 1988c: 27-8 e 39). Estes aspectos, por si só, talvez não chegassem para atrair a atenção do historiador. Mas encontrar numa rainha a concretização viva desse modelo, ainda por cima servida de beleza e inteligência, isso, sim, isso é fascinante para que, como Fernão Lopes, parecia ter o *vício* dos enigmas do Homem. O reconhecimento, por parte deste autor, de que nessa personagem, tão negativamente esboçada, também existia sensibilidade, e logo, uma certa forma de riqueza espiritual (cf., por exemplo, o fim do Cap. XV, p. 33, da *CDJI, I*), é uma brecha pela qual compreendemos uma das facetas da ideia de verdade, reiterada no Prólogo da obra. A D. Leonor de Fernão Lopes é palpável, simultaneamente admirável e indigna, espessa.

Pelo contrário, a *CC* propõe-nos uma imagem plana dessa mulher. Começa, por, no Cap. II, achar graça a uma intervenção do jovem N.A., na corte, em resposta a um inquérito sobre uma expedição militar em que o seu pai o integrara para o pôr à prova. O cronista diz-nos que D. Leonor “era muyto paçãa e de boõa palavra” (5, 1) e que, por esse motivo, o quis tomar como escudeiro. Mais à frente, a narrativa esclarece que “assy tomou dom Nun-Alvrez as primeyras armas [...] e per mãos da rraynha dona Lyanor, e de hy em diante a rraynha o ouve sempre por seu escudeiro”. (5, 24-7). Ainda que historicamente não seja muito relevante, o acontecimento deve ter sido sentido pelo herói com intensidade, pela honra que lhe conferia - e por essa razão o biógrafo o regista. No entanto, o fim da frase (“e de hy em diante a rraynha o ouve sempre por seu escudeiro”), que também encontramos no texto de Fernão Lopes (*CDJI, I: XXXIII, 68*), dá uma informação que a própria crónica irá contrariar: a partir do Cap. XV, D. Leonor torna-se inimiga de N.A. e do partido do Mestre de Avis, a que o herói adere. O capítulo referido narra o insucesso de uma tentativa da rainha de desarmar os homens de N.A., que com ele tinham vindo participar no “trintário” de D. Fernando. Depois da informação anterior sobre as relações entre N.A. e D. Leonor, surpreende esta atitude da regente. Se dermos alguma relevância ao episódio em que o herói se torna escudeiro da rainha, talvez a inclusão, no discurso, da inimizade de D. Leonor pretenda justificar a quebra dos laços vassálicos

que supostamente prendiam o protagonista à viúva de D. Fernando, quando o herói não opta pela sua causa e se passa para o campo adversário: a iniciativa de hostilidade partiu, não de N.A., mas da própria soberana. Do ponto de vista da representação do universo feminino, encontramos aqui a primeira mulher capaz de agir por conta própria (a coincidência entre este retrato e o de Fernão Lopes parece confirmar uma realidade histórica tida como excepcional). O cronista, de uma forma elegante, aproveita para demonstrar como a atitude de D. Leonor tinha uma finalidade malévola: “Desto pesou pouco a Nun-Alvrez, ainda que elle mostrasse o contrayro, porque era bem certo que lho faziam pollo desonrar e nom por outra cousa razoada”. (39, 7-10). O sujeito subentendido (“eles”) do verbo fazer esconde um “ela” que o discurso não deseja pronunciar. O alvo da acção é uma das traves essenciais da integridade do protagonista: a honra. Esta mulher, que lhe proporcionara o primeiro momento de honra, é a mesma que tenta destruí-la.

A elipse das críticas directas à rainha é uma constante do discurso. Mais à frente, o autor omitirá o adultério desta com o conde Andeiro, substituindo-o por uma expressão tão subtil que quase nos desvia do significado que a História nos legou: “E logo lhe [a N.A.] veeo ao pensar que o começo de tal obra [a defesa do reino] avia de seer o conde Joham Fernandez Andeiro seer morto, *porque a rraynha tinha em elle grande esperança*” (XVI: 39, 26-7; 40, 1-2). Se não conhecêssemos a versão de Fernão Lopes, em que o adultério é contado de modo explícito, provavelmente não seríamos capazes de ler na *CC*, como toda a segurança, a ideia de relação extraconjugal. Evidentemente que o biógrafo contava com um “horizonte de expectativas” bem (in) formado: o escândalo dessa relação foi de tal modo gritante que, com certeza, ecoava ainda no séc. XV. Mas o importante é que o adultério *não é dito*: o eufemismo descompromete o discurso, ainda que para uma sua interpretação eficaz necessite da cumplicidade do leitor. Desta opção da escrita resulta um retrato menos negativo do que o da *CDJI*, mas, também, menos humano.

D. Leonor move-se bem no domínio da intriga política. No Cap. XVI encontramos-a a mandar recados, a dar ordens, a mover influências: “chegou hy Gonçallo Tenrreyro, capitom, com recado da raynha ao prioll que todavia fosse em seu serviço, e que ella o acrecentaria e faria muytas merçes e lhas faria fazer a seu filho, rey de Castella” (41, 6-9). A assunção do poder reflecte-se na oferta de “mercês”, prerrogativa do rei, ou de um grande senhor, seja como for, dos homens. O discurso não comenta a intromissão de D. Leonor nesse universo, mas regista o “nojo” de N.A. perante a proposta recebida pelo seu irmão mais velho (41, 13-7). A estranheza do papel assumido pela rainha pode depreender-se da seguinte passagem do Cap. XVIII: “E Nun-Alvrez foy esse dia dormir a Alverca, *temendo-se muyto* de o raynha mandarprehender ao caminho” (43, 21-3). Viese de um homem a ameaça e, provavelmente, a narrativa contaria a alegria do jovem

cavaleiro, pela possibilidade de, vencendo o hipotético obstáculo, ficar mais honrado. A explicitação do medo não diminui a imagem do herói, porque, justamente, é motivado por uma mulher cujo comportamento, por se desviar do padrão, assustaria qualquer homem.

A partir deste momento haverá mais algumas referências esparsas à influência de D. Leonor, por exemplo acrescentando-se ao nome de um fidalgo expressões do tipo “por a rraynha dona Lianor” (XX: 47, 17-8), quando se quer identificar partidos. Rapidamente, no entanto, o enunciado substituirá a rainha pelo rei de Castela. A realidade histórica serve, neste contexto, uma intenção subjacente à natureza genológica da *CC*: ter por inimigo um rei é, para o retrato do biografado, melhor do que enfrentar uma rainha (uma mulher). Numa primeira fase, o cronista referir-se-á ao partido opositor do mestre de Avis como o “del-rey de Castella e da raynha” (XXV: 53, 19) ou “da raynha e del-rey de Castella” (XXVIII: 59, 11-2), não parecendo a ordem dos nomes obedecer a nenhuma lógica relevante. A partir do Cap. XXVII, a personagem feminina deixa de ser mencionada. Como o autor da *CC* não conta nenhuma das circunstâncias que originaram o afastamento de D. Leonor, ao contrário de Fernão Lopes, apenas nos fica a impressão de que, sem razão aparente, a personagem da rainha se foi apagando progressivamente, até desaparecer, como num processo de esvaziamento. A presença de D. Leonor desorganizava o mundo (daí a possibilidade de o herói ter medo dela). A sua ausência repõe o jogo nas mãos dos homens.

Não se creia, contudo, que o eufemismo, na *CC*, quando aplicado à caracterização da rainha, é sinónimo de neutralidade. O facto de o narrador não utilizar os adjectivos “honrada”, “virtuosa” ou outros do mesmo campo semântico aplicados a esta personagem, ao contrário da sua prática no que diz respeito a D. Iria, D. Leonor de Alvim ou D. Beatriz, diz da inadequação dessas mesmas expressões para o retrato de D. Leonor Teles. Sendo o eufemismo a expressão do pudor natural de uma escrita que se espelha nos códigos cavaleirescos, o não-dito cria uma zona de latências negativas na personagem esboçada, suficientes para dela retermos uma imagem nítida.

## D. BEATRIZ DE CASTRO

Depois da morte de D. Leonor, no capítulo onde se narra o funeral (LVIII), o biógrafo conta uma situação que resulta bastante cómica: D. João I e D. Filipa de Lencastre querem que N.A. se case com D. Beatriz de Castro, “filha do conde dom Alvaro Pirez de Castro, que era hua donzella bem filha d’algo e fermosa” (143, 21-1). Acossado pela insistência real, N.A. sai à pressa da corte, confiando aos seus companheiros que “emquanto estivera em Bragaa, que sempre en-çima

delle andara hua nuvem negra e que, depois que de hy partyra, lhe parecia que aquella nuvem negra ficara sobre Bragaa e que elle vinha ja desabafado sem ella”. (27-30). A metáfora dá perfeitamente conta da opressão sentida pelo condestável naquela altura e desvenda a relação do herói com o erotismo anunciado pelo adjectivo “fermosa”, aplicado à pretensa noiva (é a única vez que uma mulher é caracterizada desta forma). N.A. foge do matrimónio e, sobretudo, da sensualidade. A atitude do protagonista em nada difere da que tomou no Cap. IV, quando lhe propuseram o casamento com D. Leonor de Alvim. Só que, agora, já N.A. solidificou as suas opções de vida, abdicando da sexualidade, e tem poder suficiente para não se deixar convencer pela vontade alheia (o tópico da castidade sobrepõe-se ao da obediência ao rei). D. Beatriz, por ser fidalga e muito bela, consubstancia, nesta biografia, os perigos iminentes à feminilidade. Já no Cap. LV, quando o condestável resolve expulsar das suas hostes todas mulheres que acompanhavam os soldados, o feminino aparecia como potencialmente indisciplinador e prejudicial à eficiência militar. A excepcionalidade de N.A. sobressai do facto de os outros homens não se comportarem da mesma maneira: pelo contrário, gostam da companhia das mulheres.

## CONCLUSÃO

Da análise desenvolvida, ressaltam algumas ideias que gostaria de reunir. Os retratos positivos das poucas mulheres mencionadas na *CC* são os das parentes de N.A.. D. Leonor Teles e D. Beatriz de Castro veiculam uma imagem menos positiva. No entanto, a crónica nunca chega a construir uma representação indubitavelmente negativa do feminino, preferindo não dizer a dizer mal.

Ora, as parentes de N.A. não agem (e quando o fazem, a acção não é da sua iniciativa)<sup>7</sup>. Para elas, a crónica reserva as expressões “honra”, “virtude” e “bondade”. A elas se associa, também, a ideia de casamento, enquanto forma de convivência dos sexos aprovada por uma cultura assente na transmissão linhagística de património(s). D. Beatriz de Castro não, age, mas é bela. Como vimos, o casamento com ela resultaria num encontro com a sensualidade ameaçadora. Leonor Teles representa, nesta crónica, o paradigma das mulheres que agem por iniciativa própria, desligada de um fazer masculino.

Concluindo, a representação das virtudes femininas, na *CC*, assenta em funções estáticas ou substitutivas, ao contrário das masculinas, fundamentadas na acção.

7. *Cfr.* p. 402.

A subversão desse *statu quo* proporciona ao narrador a incursão, ainda que eufemística, num registo em que o universo feminino sai desfigurado e pouco merecedor de confiança. Claro que Duby tem razão: “Je parle bien d’hommes. Ce monde est masculin”.

Antonio BRANCO  
Universidade do Algarve

## BIBLIOGRAFÍA

### Edições

- A Demanda do Santo Graal*, ed. de Joseph Piel, concluída por Irene Freire Nunes, Lx, I.N./C.M., 1988.
- Estoria de dom Nuno Alvrez Pereira (edição crítica da “Coronica do Condestabre”)*, com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1991.
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. crítica de José Mattoso, 2 vols., *Portugaliae Monumenta Historica/Nova Série*, Lx, Academia das Ciências, 1980.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, I, prefácio de António Sérgio, Porto, Civilização, 1945. Reimpressão, com introdução de Humberto Baquero Moreno, 1983.
- *Crónica de D. João I*, II, ed. de M. Lopes de Almeida e A. Magalhães Bastos, Porto, Civilização, 1949. Reimpressão, 1983.

### Estudos

- AMADO, Teresa, (1991) *Fernão Lopes, contador de História*, Lx, Estampa, col. Imprensa Universitária/88, 1991.
- DUBY, Georges (1984), *Guillaume le Maréchal ou Le meilleur chevalier du monde*, Paris, Fayard, “Folio Histoire/11”.
- (1988a), *La Société Chevaleresque - Hommes et structures du Moyen Age (I)*, Paris, Flammarion, “Champs/181”.
- (1988b), *Mâle Moyen Age - De l'Amour et autres essais*, Paris, Flammarion, “Champs/216”.
- (1988c), *O cavaleiro, a mulher e o padre - o casamento na França feudal*, trad. de Cascais Franco, Lx, Dom Quixote, “Anais/1” (ed. francesa de 1981).
- (1992), “A mulher, o amor e o cavaleiro”, in AA.VV., *Amor e Sexualidade no Ocidente*, trad. de Ana Paula Faria, Lx, Terramar, “Pequena História/3” (ed. francesa de 1991), pp. 225-38.
- LE GOFF, Jacques (1992), “A rejeição do prazer”, in AA.VV., *Amor e Sexualidade no Ocidente*, trad. de Ana Paula Faria, Lx, Terramar, “Pequena História/3” (ed. francesa de 1991), pp. 191-207.
- MATTOSO, José (1985), “A nobreza e a revolução de 1383”, in Vários, in AA.VV., *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV-XV - Jornadas de História Medieval (Actas)*, Lx, pp. 391-402.
- RILEY, Carlos Guilherme (1985), “Aspectos da componente juvenil da fidalguia no contexto da crise de 1383-85”, in AA.VV., *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV-XV - Jornadas de História Medieval (Actas)*, Lx, pp. 297-305.